



# SINOPSE D.O.U.



EDIÇÃO DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

## Atos do Poder Executivo

**Medida Provisória** **Nº 902, de 5 de novembro de 2019**, que “Altera a Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza o Poder Executivo a transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública, a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, reduz para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS decorrentes da aquisição de edificações e amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições, e a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, que prorroga o prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos e altera a legislação tributária federal”.

**Decretos** **Nº 10.084, de 5 de novembro de 2019**, que “Revoga o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento”.

**Nº 10.086, de 5 de novembro de 2019**, que “Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos”.

**Nº 10.087, de 5 de novembro de 2019**, que “Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos”.

**Nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**, que “Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - **OIT** ratificadas pela República Federativa do Brasil”.



---

**Presidência da República**

Despacho do Presidente da República

**Mensagem**

**Nº 553, de 5 de novembro de 2019:** "Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que 'Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000".

---

**Ministério da Economia**

Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

**Resoluções**

**Nº 8, de 29 de outubro de 2019,** que "Aprova o Regimento Interno do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia" (Comporá citado Comitê, dentre outros, representantes da Suframa, Abdi, Bndes e Finep).

**Nº 9, de 29 de outubro de 2019,** que "Estabelece os Programas Prioritários para Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento" (Programas Prioritários para investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; de Economia Digital; de Bioeconomia; de Formação de Recursos Humanos, de Fomento ao Empreendedorismo Inovador; e de Indústria 4.0 e Modernização Industrial).

---

**Ministério da Justiça e Segurança Pública**

Secretaria Nacional do Consumidor

**Portaria**

**Nº 24, de 31 de outubro de 2019,** que "Institui o Selo Participação, a ser conferido aos fornecedores que aderirem à Plataforma consumidor.gov.br."

---

**Ministério do Meio Ambiente**

Gabinete do Ministro

**Portaria**

**Nº 635, de 4 de novembro de 2019,** que "Revoga a Portaria nº 55, de 17 de fevereiro de 2014" (Citada Portaria revogada estabelece, no âmbito do Ibama e do Instituto Chico Mendes, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal sujeitos à autorização ou ciência do órgão responsável pela administração de unidades de conservação federais).